

O FIM DE UMA ERA?

José Lamego¹

As eleições alemãs de 26 de Setembro próximo trarão, provavelmente, menos surpresas do que ainda há três meses era expectável, com as derrotas sofridas pelos democratas-cristãos (CDU) nas eleições regionais da Renânia Palatinado e Baden-Württemberg. Apesar de terem aí pesado factores pessoais de liderança, os vaticínios do fim de uma era iniciada em 2005, com a eleição de Angela Merkel como oitava chanceler da Alemanha do Pós-Guerra, afiguravam-se então como mais que plausíveis.

O próprio processo de sucessão no interior da CDU não tinha sido isento de dificuldades: a sucessora de Merkel na liderança do partido, Annegret Kramp-Karrenbauer, e provável candidata a chanceler, teve de se afastar pela atitude pouco firme na desautorização da tentativa de romper o «cordão sanitário» imposto ao partido de extrema-direita AfD na formação do governo do Estado regional da Turíngia; a disputa pela indigitação do candidato a chanceler entre o primeiro-ministro da Baviera, Markus Söder, e o primeiro-ministro da Renânia do Norte-Vestfália, Armin Laschet, apareceu para o exterior como algo tumultuosa; por fim, a ala mais à direita do partido, agrupada sob a sigla «União dos Valores», persistiu na crítica pública às políticas do Governo, sobretudo em matéria europeia e de emigração, defendendo um retorno às velhas concepções ordoliberais que estruturaram as políticas económicas dos governos alemães no segundo pós-guerra, uma visão mais nacionalista sobre o processo de construção europeia e a afirmação de uma agenda conservadora em matéria de costumes.

RESUMO

As eleições alemãs de 26 de Setembro de 2021 trarão, provavelmente, menos surpresas do que se esperava nas eleições regionais, com as derrotas sofridas pelos democratas-cristãos (CDU) nas eleições regionais da Renânia Palatinado e Baden-Württemberg. O cenário mais provável que virá a resultar das eleições de 26 de Setembro será o de uma coligação entre a CDU e Os Verdes, que sairão das eleições com resultados bastante próximos, mas com vantagem expectável para os democratas-cristãos. O mecanismo do voto útil vai favorecer a CDU e Laschet adoptou uma linha de comunicação em que é visível o esforço para congregar os diversos sectores do partido.

Palavras-chave: Alemanha, eleições, democratas-cristãos, Angela Merkel.

ABSTRACT

THE END OF AN ERA?

The German elections of September 26, 2021 will probably yield fewer surprises than expected in the last regional elections, with the defeat of the Christian Democrats (CDU) in the Rhineland Palatinate and Baden-Württemberg regions. The most likely



scenario for the September 26 2021 election is a coalition between the CDU and the Greens, which will get very close results, but with a considerable advantage for the Christian Democrats. The useful vote mechanism will favour the CDU, and Laschet has adopted a line of communication in which the effort to bring together the different sectors of the party is quite noticeable.

Keywords: Germany, elections, Christian Democrats, Angela Merkel.

Sendo bastante arriscado fazer previsões num tempo político instável, muito marcado pelos efeitos da pandemia e do confinamento, o cenário mais provável que virá a resultar das eleições de 26 de Setembro será o de uma coligação entre a CDU e Os Verdes, que sairão das eleições com resultados bastante próximos, mas com vantagem expectável para os democratas-cristãos. O mecanismo do voto útil vai favorecer a CDU e Laschet adoptou uma linha de comunicação em que é visível o esforço para congregar os diversos sectores do partido.

Num cenário pós-eleitoral onde dominarão mais as linhas de continuidade do que as de ruptura, a presença d'Os Verdes no Governo Federal, como parceiros de coligação, reforçará, paradoxalmente, as linhas de continuidade, em relação, pelo menos, a duas das decisões mais controvertidas do legado de Merkel: i) a decisão de encerrar as centrais nucleares na Alemanha num prazo de dez anos, após o desastre nuclear de Fukushima, ocorrido em 2011 – para muitos sectores, a decisão acarretará sérios problemas de competitividade à indústria alemã em termos de custos de energia; ii) a política de acolhimento de refugiados e de asilo, que na sequência da grande vaga de refugiados de 2015 constitui o argumento principal de fragilização da liderança de Merkel por parte do partido de extrema-direita AfD, com ecos visíveis no próprio eleitorado da CDU. A linha de continuidade mais importante será, porém, a defesa do projecto político europeu.

A ALEMANHA E A UNIÃO EUROPEIA

O legado político fundamental da acção de Merkel como chanceler foi a defesa do projecto político europeu. Sem declarações de grande retórica ou uma visão grandiloquente sobre a futura arquitectura europeia, a acção dos governos Merkel evitou a desintegração da União em alguns momentos cruciais: i) a decisão de «resgate» da Grécia, na sequência da crise das dívidas soberanas iniciada em 2008 – decisão, eventualmente, tardia, mas determinada e corajosa, pois afrontou sectores maioritários da opinião pública do seu próprio país; ii) a capacidade de manter unida a zona euro, arbitrando de modo pragmático diferenças entre contribuintes líquidos e países da coesão; iii) a «luz verde» dada às políticas de *quantitative easing* de Mario Draghi e do Banco Central Europeu, permitindo aliviar o serviço da dívida de países altamente endividados e ajudar, assim, as medidas de consolidação orçamental; iv) o apoio à criação, em Maio de 2020, do Fundo Europeu de Recuperação e à emissão de dívida pública europeia – hipótese até há pouco firmemente rejeitada por largos sectores do seu próprio partido e questionada a sua conformidade aos tratados.

Se em matéria de política externa da Alemanha o legado principal da era Adenauer foi a «ligação ao Ocidente» (*Westbindung*) – inserindo a República de Bona na aliança

transatlântica e na NATO –, a reconciliação franco-alemã e o lançamento das primeiras pedras do projecto europeu, se o legado de Willy Brandt foi a busca da *détente* com a União Soviética e o Leste europeu – criando, assim, alguns dos pressupostos para a reunificação entre as duas Alemanhas, que viria a ocorrer em 1990 – o legado dos dezasseis anos de Merkel como chanceler foi a defesa do projecto político europeu em vários momentos em que o cenário de desintegração da União se poderia ter colocado no horizonte.

Por outro lado, no momento de deriva da relação transatlântica provocada pela política externa errática da Administração Trump, Merkel foi a porta-voz mais audível dos valores e da identidade da União Europeia (UE), numa altura em que, como dizia de forma desalentada, em Maio de 2017, «a era em que havia uma plena confiança recíproca, de algum modo, acabou». O perigo da relação transatlântica prosseguir o curso descendente a que foi votada pela Administração Trump, que parecia, por vezes, considerar a UE mais como um competidor estratégico do que como um aliado, seria o de empurrar a Alemanha no sentido da busca de uma «via específica» (*Sonderweg*) ou equidistância no xadrez geopolítico europeu, procurando balancear no continente as influências e pressões exercidas tanto pelos Estados Unidos como pela Federação Russa. A «normalização» das relações euroatlânticas favorecida pela eleição de Biden como Presidente dos Estados Unidos vai facilitar a reaproximação e reforçar a componente fundamental da política externa da Alemanha desde os tempos de Adenauer: a «ligação ao Ocidente» (*Westbindung*).

A importância da relação transatlântica é percebida hoje de forma mais nítida na Europa em virtude do regresso da Rússia a uma política externa mais confrontacional. Nesse quadro, a coesão da UE e o papel da Alemanha na defesa dessa coesão e da cooperação transatlântica assumem uma importância fundamental. A forma prudente e pragmática defendida pela Alemanha na abordagem do Brexit e das relações futuras da UE com a Grã-Bretanha assentou na análise realista de que se a Grã-Bretanha deixou de ser membro continua a ser parceiro importante da União, partilhando os seus valores e dispondo de um potencial militar imprescindível a uma política de defesa e segurança europeia que não seja meramente proclamatória.

A ALEMANHA E A RÚSSIA

Nos próximos anos, a relação entre a Alemanha e a Rússia será complexa e, em muitos pontos, ambivalente. O apoio à desestabilização militar no Leste da Ucrânia, a anexação da Crimeia, a pressão constante sobre os Países Bálticos, as ondas de choque causadas pela desagregação do regime da Bielorrússia, o recrudescimento da repressão interna e a eliminação de opositores no exterior conduziram a um agravamento perigoso da tensão entre a Rússia e a UE, agravada, por vezes, por atitudes gratuitas de retaliação, como a humilhação infligida ao chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, e à sua delegação aquando da deslocação a Moscovo, ou até por agressões ostensivas, como o

ataque de hackers russos aos servidores do Parlamento Federal alemão em 2015 ou o assassinato em Berlim de um refugiado checheno em 2019.

De modo menos visível aos olhos do cidadão comum têm sido, igualmente, intensas e persistentes as actividades de desinformação levadas a cabo pela Federação Russa no espaço europeu – e, em particular, na Alemanha –, procurando minar a coesão europeia, enfraquecer a credibilidade de instituições e lideranças por via de difusão de *fake news* e potenciar mesmo acções de desobediência civil no contexto da actual crise pandémica – quem tiver estado atento nos tempos mais recentes às emissões em língua alemã do canal televisivo oficioso do Kremlin Russia Today (e aos seus *podcasts*) terá verificado que no mesmo dia em que Vladimir Putin apelava aos seus concidadãos para que se vacinassem massivamente contra o Sars-Covid2, o canal Russia Today procurava amplificar as manifestações de protesto na Alemanha contra as medidas de confinamento e tornava-se como que um porta-voz dos movimentos negacionistas. Por outro lado, não constituem hoje qualquer segredo as múltiplas confluências entre os interesses da política externa da Federação Russa em relação à Europa e a acção e a plataforma programática de movimentos de extrema-direita europeia, alimentando uma retórica anti-

-imigração e antiglobalização e procurando descredibilizar por todos os meios as instituições da União. No caso específico da Alemanha, a AfD tem desempenhado de modo persistente este papel, advogando a

A RELAÇÃO ENTRE A ALEMANHA E A RÚSSIA
NO FUTURO PRÓXIMO SERÁ COMPLEXA
E PONTUADA POR MOMENTOS DE TENSÃO.

saída da Alemanha do euro e uma maior «nacionalização» das políticas europeias da Alemanha, ao mesmo tempo que vê no modelo autoritário de Viktor Orbán e na sua promoção de valores culturais nacionalistas e conservadores uma alternativa ao modelo demoliberal europeu ocidental.

Em conjugação com os Estados Unidos, é a altura de as principais potências europeias (mais do que a União) e, em primeiro lugar, a Alemanha, tomarem iniciativas de carácter diplomático, que, de modo realista, circunscrevam os principais factores de tensão com a Rússia e evitem o agravamento descontrolado dessa tensão. Do lado russo, a estratégia de redução de tensão com o Ocidente e a opção por uma política externa menos agressiva constituem condições indispensáveis para a saída de uma situação de estagnação económica – mas a cultura política dominante no Kremlin faz prevalecer considerações geopolíticas e estratégias de domínio territorial em relação aos objectivos socioeconómicos (é, a meu ver, impensável, por exemplo, que o Kremlin admita alterar o *statu quo* resultante da anexação da Crimeia, em troca da suspensão das sanções, e muito difícil que colabore numa transição negociada na Bielorrússia). Por tudo isto, a relação entre a Alemanha e a Rússia no futuro próximo será complexa e pontuada por momentos de tensão.

Há ainda que ter em conta a forte dependência energética (no domínio do gás) da Alemanha em relação à Rússia. Essa dependência energética pode ser instrumento de

pressão, mas, ao mesmo tempo, constituir um dos factores de envolvimento construtivo e de abaixamento de tensão entre a Rússia e a Alemanha (e, reflexamente, a UE). No plano energético, como em relação a outros sectores da economia, tanto Berlim como Moscovo estão conscientes das situações de interdependência entre os dois países. Não obstante, as considerações geopolíticas e a necessidade de uma política externa agressiva como elemento de mobilização do apoio popular ao regime tomarão na atitude do Kremlin a dianteira em relação às vantagens de um melhor acesso ao financiamento e à tecnologia ocidentais.

Em matéria de política externa, os próximos anos vão registar evoluções e ajustamentos relativamente a um outro vector: a relação com a China.

A RELAÇÃO COM A CHINA

O final da Presidência alemã da UE, em Dezembro de 2020, ficou marcado pela assinatura do acordo de investimento entre a UE e a China. Logo nessa altura e dos dois lados do Atlântico foi manifestada alguma preocupação e cepticismo sobre o futuro do relacionamento com a China: a concentração do poder na pessoa de Xi Jinping, o autoritarismo crescente, a procura ostensiva de hegemonia regional, as ameaças à integridade territorial de Taiwan, a violação do estatuto autónomico de Hong Kong e a repressão das minorias étnicas no país constituíram sinais de que a via da abertura e da afirmação pacífica da China na cena internacional estava a ser invertida.

Essa percepção tinha já conduzido à adopção de medidas de defesa contra a aquisição de empresas tecnológicas por parte de capitais chineses, ao reforço das medidas em matéria de cibersegurança e, em particular, à restrição do âmbito de participação da empresa chinesa Huawei no equipamento da rede 5G. A crise pandémica evidenciou, por outro lado, a irracionalidade de uma excessiva deslocalização da indústria europeia para a China e o Extremo Oriente, pondo em causa cadeias de abastecimento e fazendo incorporar nos preços finais elevados custos de transporte.

Sendo evidente o potencial único que o mercado chinês representa para a economia alemã (nomeadamente para o sector automóvel e de equipamentos mecânicos), as realidades acima enunciadas não podem deixar de vir a ter influência no relacionamento com a China: não apenas no relacionamento bilateral entre a Alemanha e a China, mas no próprio modelo de globalização da economia, promovendo a substituição de um modelo de globalização a todos os azimutes por um modelo em que os blocos regionais e a integração económica dentro desses blocos assumem maior importância.

A Alemanha – e a UE no seu conjunto – vão necessitar de uma política industrial (e de reindustrialização) ajustada às novas realidades geopolíticas: isto pode abrir algumas perspectivas de atracção de investimento para países da União de rendimento médio, que consigam apresentar vantagens competitivas em matéria de custos energéticos, de mão-de-obra e de transporte, bem como um quadro geral de estabilidade política, fiscal e financeira – é o caso, por exemplo, de Portugal, se forem adoptadas as políticas adequadas.

Avançado este prognóstico sobre a orientação geral da política externa da Alemanha no próximo ciclo político, façamos agora algumas conjecturas sobre a arrumação e evolução das principais forças políticas alemãs.

O QUADRO PARTIDÁRIO NO PRÓXIMO CICLO POLÍTICO

Apesar do desgaste visível dos democratas-cristãos (CDU), há dezasseis anos no poder, o cenário mais provável será a sua vitória nas eleições de 26 de Setembro. Mesmo que a vitória não seja por margem não muito significativa e arriscando ter de passar por vicissitudes análogas àquelas que rodearam a formação do Governo CDU /SPD em 2017, a cultura do compromisso e da negociação firmemente enraizada na vida política alemã irá viabilizar, com maiores ou menores dificuldades de percurso, a constituição de um governo de coligação.

Menor sustentabilidade e riscos de fragmentação da própria CDU teria um governo que tivesse como parceiro principal Os Verdes. A vitória, mesmo que não muito expressiva da CDU, é a melhor garantia da continuidade da via centrista e empenhadamente pró-europeia seguida por Merkel, permitindo antecipar que o «cordão sanitário» imposto ao partido de extrema-direita AfD será mantido – opção estratégica que está muito longe de ser consensual no seio da CDU, dado que a sua ala mais à direita, a «União dos Valores», não rejeitaria, com toda a probabilidade, conversações com a AfD para a formação de uma coligação ou para apoio parlamentar em certas circunstâncias, se tal se revelasse necessário em termos de obtenção de uma maioria no Parlamento.

Quanto à AfD, que é essencialmente um partido de protesto e que se tem sucessivamente radicalizado, a hipótese mais provável é que o seu crescimento eleitoral esteja a estagnar, pese a forte base de apoio de que dispõe nos Estados regionais do Leste da Alemanha, como a Turíngia e a Saxónia. A sua plataforma eleitoral tem tido algumas oscilações, mas o discurso anti-imigração, pela identidade étnica e cultural da Alemanha, a defesa de políticas securitárias mais vigorosas e a mensagem eurocéptica serão os elementos fundamentais da sua campanha – a par da exploração da fadiga psicológica da população causada pelo confinamento.

Os liberais (FDP) ultrapassarão, provavelmente, a barreira dos 5% dos votos e entrarão, assim, no Parlamento Federal. Se necessário (o que não é o cenário mais provável), poderão negociar a participação num governo de coligação, impondo alguns dos pontos da sua agenda, nomeadamente em matéria fiscal e de favorecimento da iniciativa empresarial privada.

Os sociais-democratas (SPD) têm vindo a registar um forte e persistente declínio eleitoral, por vezes contrariado, como aconteceu nas recentes eleições no Estado regional da Renânia Palatinado. Por outro lado, o vice-chanceler e ministro das Finanças, Olaf Scholz, goza de uma considerável taxa de popularidade e é respeitado pelos diferentes sectores da vida política e económica alemã. Mas uma boa parte do SPD (sobretudo, a sua ala mais à esquerda) considera que uma «cura de oposição» será a melhor maneira

de contrariar o declínio eleitoral do partido, que, na sua opinião, se foi descaracterizando em resultado da coligação governamental com a CDU.

Tudo visto e ponderado, o cenário mais provável que virá a resultar das eleições de 26 de Setembro será caracterizado mais pela continuidade do que pela ruptura, mesmo que o parceiro menor da coligação deixe de ser o SPD e passe a ser Os Verdes. **RI**

Data de receção: 15 de maio de 2021 | Data de aprovação: 30 de junho de 2021

José Lamego Professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ex-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

> Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-014 Lisboa, Portugal | joselamego@fd.ulisboa.pt

NOTAS

¹ A pedido do autor o artigo não adopta o Novo Acordo Ortográfico.